

O INTERACIONISMO NAS INVESTIGAÇÕES LINGUÍSTICAS: CARACTERÍSTICAS E PROCEDIMENTOS

Glória Maria Palma

O Interacionismo simbólico como método científico de construção do conhecimento tem data mais ou menos certa, anos quarenta, mas a interação simbólica como forma de construção da realidade, através das várias mídias disponíveis ao longo da história, é tão antigo quanto o homem. Antes da assunção da linguagem verbal, ainda no estágio não-verbal, o homem já dispunha de meios simbólicos de construção, interação e interpretação da realidade. As pesquisas apontam o aumento do crânio e da massa encefálica como paradigma da aquisição da linguagem, condição primordial para o surgimento da faculdade da representação, isto é, da natureza simbólica. A própria alteridade sempre foi, aos olhos do ser humano, a primeira representação, imagem-símbolo tomada como extensão de si.

A partir desse pressuposto histórico-evolutivo, a complexa teia simbólica das linguagens desenvolveu-se cada vez mais sofisticada. As construções míticas da Idade Clássica; os polissêmicos painéis das alegorias medievais; as dimensões incalculáveis da palavra impressa no mundo moderno; as utopias alcançadas com a cibernética e os avanços da mídia digital comprovam uma evolução cada vez mais racionalista do uso da linguagem. A consciência de que a ordem simbólica constrói a realidade abriu caminho para a pesquisa e o surgimento de várias ciências da linguagem, que hoje se cruzam possibilitando as intertextualidades, interdiscursividades e a interdisciplinaridade.

No universo das ciências da linguagem, que tiveram um impulso vigoroso a partir do século passado, a Filosofia da Linguagem testemunha que o interacionismo simbólico é condição inerente às pesquisas realizadas nesse campo. Destaca-se aqui o pensamento de Bakhtin, cujos conceitos de signo, texto e discurso se estabelecem estribados na opção dialógica, assumida pelo filósofo como condição da natureza humana e por extensão da linguagem. Os pesquisadores que tomam os conceitos bakhtinianos para produzirem conhecimento, principalmente, os de dialogismo, polifonia e carnavalização, estão constantemente operando com a metodologia interacionista simbólica.

Os parâmetros curriculares do ensino médio e fundamental, concebidos sob orientação do pensamento de Bakhtin, propõem que o ensino da Língua Portuguesa se dê na interação das várias linguagens, que se tome as novas tecnologias e as façam dialogar. Ao perceberem a força de poder simbólico, como poder de construir a realidade, fazer ver, fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, os pesquisadores das ciências da linguagem reconhecem que estão tratando da realidade como um discurso simbólico.

A Filosofia da Linguagem, a Análise de discurso, a Semiótica Social, a Pragmática e tantas outras áreas do conhecimento linguístico-literário operam com pressupostos de caráter ontológico, epistemológico e com a própria natureza humana, que é linguístico-dialógica.

O Interacionismo simbólico concebe a vida social como interações mediadas simbolicamente. O símbolo é construído nas interações e dá o sentido da ação individual, assim como coordena as ações interindividuais. As duas dimensões de vida simbólica são a linguagem-racionalização e a linguagem-expressão, isto é, formas de representação.

O simbólico não é resultado da interação do sujeito consigo, nem do sujeito com o objeto, mas do sujeito constituído e do sujeito projetado pela linguagem. O sujeito está em si e está no outro em interação, construindo a realidade. O sentido individual é fundado na construção de um “nós”. A linguagem é construção interativo-racional, sua função é estabelecer redes de significação.

O poeta da construção já sabia que: “Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe este grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito que um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem”.¹

¹ NETO, 1979.

A linguagem permite reestruturar o passado em termos lógicos, projetar o futuro em termos possíveis, delimitar e re-significar o presente enquanto ação dramática.

O ato de existir, estar sendo no mundo, exige um palco, um lócus em que atores representem seus papéis sociais. Carece também de um texto, que se re-elabora no arquivo semioticamente instalado. Os sujeitos-atores estão sempre em cena representando para si ou para os outros, estabelecendo redes imediatas de significação, formatadas pela contingência e asseguradas pelos meios de expressão.

As estratégias de comunicação se cruzam em um paradigma dialético em que horizontalização, cooperação, socialização e emancipação confrontam-se com a verticalização, diferenciação, individuação e poder.

O diálogo possível entre estes eixos é garantido pelo signo partilhado, numa visão bakhtiniana, em que a interação se dá na arena dos signos. A interação não é pacífica, mas antes de tudo, uma luta para garantir a significação e o sentido. Neste sentido, a interação sempre foi condição inerente à construção da realidade, mas teoricamente torna-se a base metodológica de uma escola de pesquisa na década de quarenta, nos Estados Unidos.

O Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead (1863-1931), que é considerado o arquiteto do Interacionismo Simbólico, concebe a sociedade humana fundamentada na base do consenso, de sentidos compartilhados na forma de compreensões e expectativas comuns. A interação é elemento constituinte das formas de comportamento, e a natureza dos objetos do mundo social é simbólica. O ser humano é sujeito e agente, pois interpreta e simboliza.

Mead fundamenta-se na convergência sociedade-indivíduo na comunicação e na tríade sociedade-indivíduo-mente como fundantes do ato social. A mente é a capacidade humana de aprender e usar símbolos. Tal capacidade possibilita a comunicação, baseada em uma linguagem com significados convencionados em um código.

Sendo assim, Mead considerou o ato de pensar como uma resposta interior a símbolos autodirigidos. A natureza da mente é social, uma vez que surge do processo social de comunicação.

Blumer, iniciando seus estudos sobre o Interacionismo Simbólico em 1937, procurou ser fiel ao pensamento de Mead, refletiu sobre a natureza da interação simbólica, a natureza da sociedade e da vida em grupo, a natureza dos objetos, da ação humana e a ação conjunta. Estabeleceu as três premissas básicas do interacionismo simbólico ou seja: agimos com relação às coisas na base dos sentidos que elas tem para nós; o sentido é derivado da interação social que estabelecemos com os outros; os sentidos são manipulados e modificados através do processo interpretativo que usamos ao tratar as coisas que encontramos.

O interacionismo simbólico estriba-se fundamentalmente no sentido que as coisas têm para o comportamento humano, que antes de tudo emerge do processo de interação entre as pessoas.

A sociedade humana é vista como uma interação. Ela existe em ação, em processo constante de atividade em que os indivíduos interagem. Ontologicamente o mundo social é um modelo de relações simbólicas e de significados sustentados através de um processo de ação e interação. Trata-se de um modelo sempre aberto para reafirmações ou mudanças através das interpretações e ações dos indivíduos. Epistemologicamente trata-se de entender a natureza e a modelagem dos símbolos com os quais os indivíduos gerenciam suas realidades sociais. O conhecimento, o entendimento e as explicações das relações sociais devem levar em conta forma como a ordem social é elaborada pelos seres humanos e como são significativas para eles.

Os seres humanos são considerados atores sociais interpretando seus papéis e orientando suas ações de modo que tenham significado para eles, utilizando linguagem, rótulos e rotinas para gerenciar impressões e outros modos de ação culturalmente específicos. O mundo onde os seres humanos vivem é um mundo de significação simbólica.

Segundo Blumer, a própria expressão “interação simbólica” refere-se ao caráter peculiar e distintivo da interação, como ela acontece entre os seres humanos. A particularidade da interação humana advém do fato de que os seres humanos interpretam as ações uns dos outros ao invés de apenas reagir a essas ações. A resposta de uma ação é sempre baseada no significado atribuído a ela. A realidade é sondada pelo interacionismo como um processo de desdobramento do sujeito interpretante de seu ambiente e do sujeito atuante com base nessa interpreta-

ção. Assim a realidade empírica existe somente na experiência humana e aparece, tão somente, sob a forma em que os seres humanos vêem a realidade.

O interacionismo simbólico enquanto modelo de pesquisa em ciências sociais, encontra-se inserido no paradigma interpretativista, cujo objetivo é entender o mundo das experiências vividas através do ponto de vista daqueles que nele vivem. Esta perspectiva simbólico-interpretativa aborda a organização sob uma posição predominantemente subjetivista, procurando entender os significados existentes nas organizações. Os métodos da pesquisa simbólico-interpretativa, frequentemente, empregam técnicas etnográficas como observação participante e entrevistas etnográficas, que resultam em descrições narrativas e análise de casos. A abordagem subjetivista prevê a filtragem do conhecimento através do pesquisador e, portanto, fortemente impregnado pelas forças cognitivas e culturais.

Os interacionistas simbólicos também vêem a pesquisa como uma categoria simbólica baseada na interação. Para eles a melhor maneira para captar a realidade é aquela em que se possibilita ao pesquisador pôr-se no papel do outro, olhando o mundo pela ótica dos participantes.

A teoria interacionista sugere alguns princípios metodológicos. Silverman condensa-os em apenas cinco: relacionar símbolos e interação; tomar o ponto de vista do ator; estudar o caráter situacional da interação; estudar o processo bem como a estabilidade; generalizar da descrição para a teoria.

As duas principais escolas do interacionismo simbólicos são denominadas “Escola de Chicago” representada por Blumer, e a “Escola de Iowa” por Manford Kunh.

Blumer insiste numa metodologia distinta para o estudo do homem; procura tornam a sociedade moderna inteligível; procura perceber a realidade social através de conceitos sensibilizantes, que buscam expressar o caráter processual da realidade; concebe a natureza do comportamento humano como imprevisível e indeterminado; concebe o self e a sociedade como processos dinâmicos; admite a existência da interação simbólica, característica dos humanos, e da interação não-simbólica (ou conversação de gestos) característica tanto dos infra-humanos quanto dos humanos.

Manforde Kunh enfatiza a comunalidade do método em todas as disciplinas científicas; busca as previsões universais da conduta humana; procura operacionalizar as idéias do interacionismo simbólico em variáveis que possam ser empregadas no teste de proposições empíricas; concebe a natureza do comportamento humano como determinado pelas definições do ator, inclusive suas auto definições, sendo então, previsíveis com base em expectativas internalizadas; concebe o self e a sociedade como estruturas cujos padrões são estáveis e previsíveis; ignora as interações não-simbólicas, baseadas em estímulo resposta, tratando apenas dos aspectos cognitivos e não-afetivos do comportamento humano.

Norman Denzin concebe o interacionismo interpretativo, numa reformulação do interacionismo simbólico engajada na crítica cultural. Fundamenta-se no estudo, na expressão e na interpretação da experiência humana subjetiva. Entende também que as interpretações significativas das experiências humana só podem vir de pessoas que vivenciem completamente os fenômenos que desejam interpretar e entender. Compartilhar a vida das pessoas é condição essencial para aprender seus mundos simbólicos. O pesquisador deverá observar muitas e variadas interações estabelecendo associações, para posteriormente reuni-las em uma narrativa.

Os princípios clássicos do interacionismo simbólico completam-se do ponto de vista estrutural com as reflexões de John B. Thompson a partir da sua concepção simbólico-estruturalista de cultura.

Distinguindo as principais concepções de cultura; a clássica, a descritiva e a simbólica, o autor propõe a concepção estrutural: “De acordo com essa concepção, os fenômenos culturais podem ser entendidos como forma simbólica em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.”² A constituição significativa das formas simbólicas e a sua contextualização social são os dois pontos fundamentais da abordagem de Thompson.

² THOMPSON, 1995. p. 166.

A concepção interpretativa de Geertz sobre o conceito de cultura e que ele mesmo define como “semiótico” embasa as reflexões de Thompson:

Acreditamos, com Max Weber, que o homem é um animal suspenso em teias, e a sua análise, portanto, como sendo não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significados. A cultura é uma ‘hierarquia estratificada em busca de significados’ consiste em ações, símbolos e sinais, de ‘trejeitos, lampejos, falsos lampejos, paródias’, assim como de manifestações verbais, conversações de solilóquios.³

Em linhas gerais, a concepção simbólica de Geertz possibilita a formação delineada por Thompson e denominada de “concepção estrutural”, que dá ênfase ao caráter simbólico tanto como ao fato de tais fenômenos estarem inseridos em contextos sociais estruturados. A análise cultural estrutural defini-se, portanto, como: “o estudo das formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicas e socialmente estruturadas dentro dos quais e por meio dos quais essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas.”⁴

Contextos e processos socialmente estruturados são os pontos relevantes desta concepção de cultura. As formas simbólicas, dentro desta concepção, são caracterizadas pelos seus aspectos intencionais, convencionais, estruturais, referenciais, ligados diretamente ao significado, ao sentido e à significação; e dos aspectos contextuais que estão diretamente relacionados a um contexto sócio-histórico específico.

As formas simbólicas compreendem uma ampla variedade significativa, ou seja, de fenômenos significativos: ações, gestos, rituais, manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte.

Nos estudos modernos da linguagem, principalmente da Lingüística estrutural, destaca-se o lingüista Ferdinand Saussure, considerado o iniciador da corrente estruturalista. Voltado aos estudos dos elementos sistêmicos, distingue a língua como “la langue” e a fala como “parole”, isolando a linguagem como um sistema de signos. Estudou os elementos básicos do sistema e seus princípios de funcionamento. Apesar da sua importância como iniciador de um novo percurso de estudos da linguagem, a lingüística saussuriana, é hoje considerada um ponto de partida, como lingüística frasal e tem sido criticada injustamente.

O texto, estrutura mais complexa, continua desafiando os estudiosos estruturalistas, assim como os insitam os conteúdos simbólicos do não-verbal. Do símbolo lingüístico evolui-se para o signo semiótico. As fronteiras de significação ampliaram-se, desdobraram-se em preocupações cada vez mais abrangentes; novas correntes determinaram novos campos de análise. Da estrutura da Língua passou-se para a estrutura do texto, e deste para a estrutura do discurso, e para a Filosofia da linguagem, campo em que se cruzam as estruturas simbólicas, os temas relativos à cultura, à ideologia, à epistemologia, à lógica, à ética, à estética, e até à metafísica.

A temática da linguagem e da hermenêutica do sujeito, e dos conteúdos simbólicos cruzam-se nos recentes estudos dos filósofos da linguagem.

A escola americana e a francesa congregam, hoje, os principais nomes que definem as correntes e os princípios teóricos das novas formas de abordagens dos estudos da linguagem. Entretanto, não é justo olvidar a corrente dos formalistas russos, e a escola de Praga.

Para confirmar a abrangência em que se encontram os estudos da linguagem, e como evoluíram as metodologias aplicadas às pesquisas simbólicas, apontam-se Bakhtin, filósofo russo, e Derrida, filósofo francês. Assim como para o interacionismo simbólico, cuja metodologia estriba-se na construção simbólica da realidade partilhada, Bakhtin e Derrida também criaram métodos lingüísticos de análise, a partir da reflexão filosófica da linguagem, enquanto produto simbólico.

³ Ibid., p. 175.

⁴ Ibid., p. 181.

Durante toda sua vida, Bakhtin foi fiel ao desenvolvimento do conceito de dialogismo. A natureza dialógica da linguagem funciona como célula geradora dos diversos aspectos do seu pensamento teórico sobre o conhecimento lingüístico.

O dialogismo é a condição do sentido do discurso: a interação verbal entre o enunciador e o enunciatário do texto, e a intertextualidade no interior do discurso são dois aspectos principais da concepção dialética do autor. O discurso é, pois, uma construção montada, obtida a partir da matéria-prima oferecida por outros discursos do presente e do passado, explícita ou implicitamente, portanto o textual é sempre intertextual. Não há um discurso primordial, adâmico. A cultura é tecida através do dialógico processo de comunicação. A citação, a alusão e a estilização são formas de se perceber a intertextualidade.

Bakhtin afirma que: “tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala.”⁵

Dialogia foi o termo mais usado por Bakhtin para descrever e analisar a vida e o mundo da produção e das trocas simbólicas: mundo composto de signos, textos, discursos, onde as vozes se cruzam e entram em interação constituindo novos discursos, novas representações, em que os sentidos e as significações reconstróem a realidade. O processo é sempre de construção dialógico-dialética do signo, tomado como arena da luta de classes. No sistema simbólico da linguagem se imprimem historicamente as marcas do discurso. A língua serve sempre a muito senhores, produzindo discursos ideologicamente opostos, pois cada classe social utiliza diferentemente o mesmo sistema lingüístico.

Neste sentido, a língua não é neutra, mas complexa, pois tem o poder de instalar uma dialética interna. As classes sociais apoderam-se da língua. De acordo com seus valores e antagonismos. Do ponto de vista democrático a língua tende para uma heteroglossia, para uma polifonia, que luta contra a monofonia e os discursos autoritários.

A filosofia “desconstrucionista” de Derrida, na insistência assentada de que não há nada fora do texto, parece indicar um sentido oposto ao seguido por Bakhtin. A descrença nos sistemas filosóficos que operam com as verdades absolutas, leva Derrida à intenção de destruir toda a escritura pela demonstração de sua inevitável falsidade. Essencial ao ataque à filosofia é o seu conceito de indecidibilidade. Derrida recusa a lógica tradicional, em que a proposição só pode ser verdadeira ou falsa, isto é, nada existe além da asserção ou da negação. A lei do terceiro excluído não o convence. Concentrando o pensamento na linguagem, conclui que tudo que se encontra nela é um sistema de representação de diferenças, e o significado emerge da diferença. Ao incluir elementos que contradizem a lógica binária nas suas reflexões, desacredita da clareza, da precisão, da verdade lógica. As palavras geram ambigüidades nebulosas, e trazem conotações obscuras, interpretações diversas, raízes divergentes e duplos sentidos. Derrida conduz essa análise até o seu extremo, sua visão é de que a linguagem tem sentido fluido e que foge ao significado preciso.

Para o filósofo, o conhecimento do mundo e de si se dá pela consciência, pela experiência de mundo, pela linguagem, cuja abrangência de significação é riquíssima, múltipla, incluído as diferenças, as ambigüidades que caracterizam a indecidibilidade. Excluem-se, então, as identidades e os opostos binários em razão da complexidade daquilo que a linguagem é. O objetivo da sua análise é mostrar como o texto adquire significado, e não qual o significado do texto. Derrida desmonta a monumental autoridade do texto, desarma-a, a esse processo de abordagem deu o nome de “desconstrução”, busca-se com isso as heterogeneidades, os vários sentidos, as oposições.

O pensamento ocidental está estribado na verdade absoluta e está na razão-lógica, procurou sempre impor à linguagem a clareza de um sentido único, de uma verdade.

⁵ BRAID, 2003. p. 14.

A base do pensamento de Derrida é uma nova teoria do conhecimento que se fundamenta na linguagem, que concebe como um sistema de diferenças. As positivities encontram-se na explosão das diferenças que vem à luz através do desconstrucionismo. Pode-se dizer que na construção de seu método, Derrida pratica o terrorismo intelectual das vanguardas do grupo “Tel Quel”, cujo objetivo era subverter as concepções prévias da escritura, da crítica literária e da filosofia. Barthes, Foucault, Kristeva, Derrida, inevitavelmente, cada um partiu para construções divergentes, mas todos se colocam em oposição ao já construído, as concepções prévias, todos desconstróem discursos, gerando negatividades para reconstruir com elas novos paradigmas do pensamento moderno. Barthes avança na construção da semiótica que vem para ressignificar, ampliar, e construir novas bases de significação para as linguagens. Amplia a noção de signo e com isso expande o sentido do ser no mundo. A falência da verdade absoluta, a desconstrução de uma tipologia de discurso intensifica e aprofunda o sentido e o significado dos sistemas de representação.

Foucault, arqueólogo dos sentidos, potencializa as visibilidades do discurso, amplia os limites de sua concepção, tenta recuperar pela escavação os resíduos esquecidos à margem dos discursos autorizados.

Bakhtin no distanciamento sereno que a própria violência autoritária obriga, concebe a versão dialógica, em que o “eu” e o “outro”, a alteridade e a subjetividade tramam a construção do real possível.

São filósofos da linguagem construindo as interações a partir do material simbólico. Nenhum ser chega ao outro sem a construção de um sistema de representação, sem uma construção simbólica, e sem a condição de interação. O pensamento linguístico moderno, constituído pelo conjunto das ciências que se ocupam dos estudos e da investigação da linguagem, tem como ponto de partida e de chegada os símbolos e as interações. A comunicação só é uma possibilidade humana para o homem construtor de sentidos. A significação é a condição inerente à comunicação e à sobrevivência.

O esforço para entender a aquisição, a construção, e os usos e conseqüências das linguagens tem movido a filosofia desde os seus primórdios. A história da cultura definiu-se pela forma de construção e desconstrução dos sistemas da linguagem.

O prazer e a dor, o poder e o saber, a vida e a morte, são construções discursivas que as linguagens tecem. Linguagem-sujeito e conhecimento são temas que a Filosofia contemporânea questiona, e procura conceituar.

Mas não terá sido sempre assim? Não seriam estes temas absolutos retomados em construções relativas? O interacionismo simbólico não se limita a uma metodologia concebida inicialmente a partir dos anos quarenta, deve ser vista como um processo, que vem se ampliando e se reconfigurando condicionado aos avanços da história da cultura, e da interação de várias ciências, como a Psicologia Social, a Sociologia, a História, a Linguística, a Semiótica, a Pragmática e tantas outras...

Enquanto o homem não conhecer a si mesmo e o absoluto, permanecerá no limbo das construções simbólicas, pagando a que deve a sua complexidade, e a de seus semelhantes.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, D. L. P. Teoria Semiótica do texto. São Paulo: Ática, 2001.

BRAID, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D.; FIORIN, J. L. (Org.) Dialogismo, polifonia e intertextualidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ECO, H. Interpretação e superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUYTEN, J. M. Sistemas de comunicação popular. São Paulo: Ática, 1988.

NETO, J. C. M. Poesias completas. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979

STRATHERN, P. Derrida em 90 minutos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 166